

ENTREVISTA

Acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior

Entrevista concedida por Laura Ceretta Moreira* (UFPR), à jornalista Maria José Baldessar** (UFSC) em 15 de fevereiro de 2009 por telefone, e reentrevista por *e-mail* em 25 de fevereiro de 2009.

Palavras-chave: Ceretta Moreira, Laura. Entrevistas. Discriminação na educação.

Uma das grandes polêmicas enfrentadas por professores, alunos e dirigentes do ensino superior é a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas universidades. O governo federal tem desenvolvido políticas e estimulado as instituições a promoverem a inclusão. Um exemplo é o Programa Incluir vinculado às Secretarias de Ensino Superior (SESu) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação (MEC).

Nossa entrevista é com a professora Laura Ceretta Moreira, coordenadora do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE)¹ da Universidade Federal do Paraná e do *Programa UFPR sem Barreiras – Incluir com qualidade* – vinculado ao programa Incluir SEESP/SESu/MEC. Atualmente, desenvolve a pesquisa “Caracterização dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) do Ensino Médio Público de Curitiba e Região Metropolitana”.

A professora, que tem vasta experiência na área de Educação, especialmente em Política e Planejamento Educacional, faz uma avaliação dos movimentos de inclusão no ensino superior brasileiro e da formação de professores que dão conta dessa nova realidade.

Revista *Ponto de Vista*: A universidade brasileira está preparada estruturalmente e pedagogicamente para receber alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? Como a senhora avalia as políticas inclusivas nas universidades brasileiras?

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta da Universidade Federal do Paraná.

** Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta no Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Laura: Inicialmente é preciso lembrar que nossas instituições de ensino básico ou universitário sempre enfrentaram dificuldades no que se refere à democratização do acesso e à igualdade de oportunidades para além dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (NEE). De igual forma, uma universidade na perspectiva inclusiva não aparece de um momento para o outro. Não surge por decreto nem se configura por meio de uma única gestão administrativa. Pelo contrário, desenvolve-se ao longo de um processo de mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes que, muitas vezes camufladas pelo silêncio, parecem não existir. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, pode ser enfrentado. Uma universidade com atitude inclusiva é um grande desafio: sugere a desestabilização do instituído e o reconhecimento de que nossa sociedade é matizada pela diversidade, pela diferença e que o ser humano é pluralidade e não uniformidade. Entretanto, não podemos ignorar que a universidade tem realizado movimentos importantes para a efetivação do ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais, sobretudo pela via das bancas especiais nos concursos vestibulares, bem como efetivado algumas ações pelo sistema de cotas para alunos que apresentam deficiências. Este movimento é resultado da luta de movimentos sociais e comunitários, da concretização legal e da conscientização da função educacional e social da universidade na direção da inclusão. Quanto às políticas inclusivas que garantam a permanência com qualidade, é possível indicar que, principalmente nos últimos cinco anos, inúmeras universidades brasileiras concretizaram espaços, núcleos de apoio e acompanhamento a esse alunado e seus professores. Esses espaços são fundamentais para que a universidade concretize ações pedagógicas e de acessibilidade em geral. É importante destacar que as universidades públicas federais, desde 2005, já contam com políticas públicas, capitaneadas pelo Ministério da Educação (Secretaria de Educação Superior/ Secretaria de Educação Especial), que tem reforçado o direito à educação superior para pessoas com deficiência e demarcado a importância do cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, determinados em lei. O número de universidades brasileiras que está sendo contemplado por esse programa tem aumentado ano a ano e, por conseguinte, incorporado ações que denotam avanços, o que não significa que não haja mazelas, dificuldades e muito a se construir. Em minha opinião, é fundamental uma política séria e real para a inclusão desse alunado. Porém, para a efetivação de uma educação inclusiva, o protagonismo do aluno é imprescindível, ou seja, sua presença e participação é pressuposto para que a

universidade reveja posturas e encaminhamentos. Não acredito que haja um divisor de águas entre o movimento de preparar-se para inclusão e de receber alunos com NEE no processo educacional.

Revista *Ponto de Vista*: Quais os desafios a serem enfrentados na formação dos profissionais da educação e sua prática pedagógica na atualidade, onde a sala de aula se torna um ambiente cada vez mais complexo, diverso e, contraditoriamente, específico para aqueles com necessidades especiais?

Laura: A universidade forma professores/profissionais dispostos a viver uma sala de aula diversa cotidianamente? Eles estão preparados para isso? Concluí, em 2004, pela USP, minha tese de doutoramento, intitulada “Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas”. Apesar de o estudo retratar mais diretamente a realidade da UFPR, as pesquisas nessa área demonstram que nossa realidade é um indicativo da situação da maioria das universidades brasileiras. O estudo contemplou entrevistas com professores universitários que recebem alunos com NEE, bem como os próprios estudantes da universidade. Alguns elementos apontados demonstram diretamente os desafios a serem enfrentados na formação dos profissionais da educação para uma universidade mais inclusiva e, conseqüentemente, na prática pedagógica desses profissionais. O primeiro grande elemento assinalado por professores e alunos é a necessidade dos professores universitários conhecerem melhor a temática das necessidades educacionais especiais, ou seja, os professores universitários também apresentam seqüelas na sua formação inicial e que se estendem na sua formação continuada. Outro elemento chave é a importância de espaços institucionais que disponibilizem, sempre que necessário, recursos e apoios educativos que auxiliem a prática pedagógica do professor. Discutimos em nossas universidades a importância de rever, nos cursos de formação de professores, ações que promovam a inclusão educacional, visto que ela é imprescindível para que os futuros professores estejam preparados para lidar com a diversidade e, portanto, com todos os alunos; entretanto, boa parte de nossos professores universitários não possui uma formação consistente nessa área. Este contexto dificulta que nossos licenciandos tenham a base inicial para um trabalho docente que promova práticas mais inclusivas, que considerem as peculiaridades de seus alunos. Outro grande desafio, que enfrentamos na sociedade que, logicamente, perpassa a universidade, refere-se aos estigmas e preconceitos com relação às pessoas que possuem deficiências mais específicas. Percebemos que boa parte

dos docentes entrevistados não se mostra alheio à situação desse alunado na universidade, pois existe a preocupação em respeitar suas particularidades, sobretudo no processo avaliativo. Todavia, existe a queixa geral dos alunos de que muitos professores hesitam em se aproximar e discutir abertamente sobre encaminhamentos didático-pedagógicos que podem colaborar com o ensino e a aprendizagem desses estudantes. Essa situação exemplifica, de um lado, a concepção construída de que a competência docente é medida pela habilidade do professor em sempre transmitir conhecimentos e apontar caminhos com precisão e segurança. Todavia, ao se defrontar com esse aluno, o professor pode, mesmo de forma velada, sentir-se inseguro quanto aos encaminhamentos pedagógicos; de outro, confirma as dificuldades existentes nas relações entre professor e aluno que, muitas vezes, se dão de forma autoritária. O aluno universitário com NEE acumula vivências relacionadas às suas especificidades educacionais que devem ser consideradas pelos professores e um dos caminhos está na relação dialogada, que é condição real para a efetivação de uma prática pedagógica mais inclusiva. Ao acompanharmos alunos e professores percebemos que muitos professores estão assumindo uma postura mediadora na construção do conhecimento. Eles demonstram que com a presença desses alunos, mesmo que de início isto tenha provocado certa desestabilização em sua prática pedagógica e, em alguns casos, trazido à tona sentimentos de insegurança e instabilidade, pouco a pouco os docentes foram assumindo uma postura livre de práticas discriminatórias e segregativas. Esse movimento dos professores deve ser encarado como um avanço em direção a uma concepção fundada na diversidade humana que se concretiza para além do discurso e se materializa nas ações cotidianas em sala de aula.

Revista Ponto de Vista: A senhora acha que a sociedade reage igualmente à destinação de cotas para alunos com NEE e para outros grupos como negros, índios e alunos de escola pública? Em ambos os casos, sim e não, por quê?

Laura: A sociedade responde de forma diferente, com especificidades, pois as formas de preconceito e discriminação contra deficientes, contra negros, contra indígenas e contra pobres têm as suas especificidades. Tais especificidades são muitas e complexas. Vejamos somente alguns pontos:

- As cotas para negros são as mais questionadas, principalmente no discurso midiático. Engana-se quem pensa que a sociedade brasileira é contra cotas para negros na universidade. As pesquisas que trabalharam com amostras da população nacional apontam o contrário: a maior parte da população

brasileira concordava com a adoção de cotas para negros na universidade e no mercado de trabalho. Outros dados mostram um aumento da população brasileira no apoio às cotas para negros na universidade e no mercado de trabalho, com 43% dos respondentes concordando totalmente, 16% concordando em parte (59% de concordância), 29% discordando totalmente e 7% discordando em parte (36% de discordância). Desdobrando tais resultados por cor-etnia, em ambos os estudos, a população branca tendia a discordar mais e a população negra a concordar mais. Desdobrando por escolaridade, a população com curso superior completo tende a ser muito mais contrária e a população com menor escolaridade muito mais favorável. Concluímos dos resultados de tais estudos que a resistência às cotas para negros nas universidades é da população branca com alta escolarização, ou seja, a população que detém jornais e conglomerados de comunicação, que detém condições melhores de acesso aos bens materiais e simbólicos, é contra esta forma de justiça redistributiva. Embora com essa grande resistência da população branca de alta escolarização, os resultados positivos das políticas afirmativas nas universidades onde foram adotadas e o apoio da maior parte da população brasileira têm determinado um avanço constante de universidades federais e estaduais que assumem políticas de cotas e outras formas de acesso diferenciado para a população negra, inclusive na região sul, onde os índices de população negra são menores.

- As cotas para indígenas também são relativamente pouco questionadas. No que se refere a população indígena, o Brasil dizimou por décadas os indígenas e mantém a maior parte dessa população em situação de miséria. Hoje os indígenas são menos de 1% da população brasileira e a parcela que concluiu ensino médio é pequena. Por isso, e não há dúvida, a forma de ingresso de indígenas é via vagas suplementares e isso não afeta o número de vagas da concorrência geral e diminui os questionamentos. As universidades dos estados do norte e de Mato Grosso do Sul, estados nos quais essa população é mais significativa, operam com cotas específicas, principalmente para as licenciaturas, buscando formar professores indígenas, sempre com financiamentos específicos do governo federal. Ou seja, ter fonte de recursos específicas diminui os questionamentos.
- Com relação às cotas ou vagas preferenciais para pessoas com deficiência não temos nenhuma pesquisa nacional que nos dê parâmetros de análise de como a sociedade está reagindo. Somado à falta de dados, ainda temos poucas

experiências e todas muito recentes, pois há em torno 15 universidades que possuem essas modalidades de ingresso para os candidatos com deficiência. Particularmente, acompanhei a implantação do sistema de vagas para deficientes na UFPR e percebi que algumas das dificuldades de compreensão da comunidade universitária incidiram na falta de conhecimento acerca das condições e capacidades dessas pessoas. Creio que a polêmica não se dá pelo impacto quantitativo pois, devido ao processo de exclusão desse alunado na educação básica, ainda é insignificante o número de alunos que conclui esse nível de ensino e chega ao processo do vestibular. Na Universidade Federal do Paraná, por exemplo, são disponibilizadas uma vaga para cada um dos 67 cursos de graduação, porém apenas nove (9) vagas foram ocupadas. É importante salientar que alguns candidatos com deficiência não precisaram ocupar uma dessas vagas, pois seu desempenho foi muito bom e a entrada se deu pela classificação geral.

Revista Ponto de Vista: A inclusão é um processo coletivo (alunos/professores/profissionais/sociedade). Com a sua experiência, como a senhora avalia a participação dos alunos (especiais ou não) nesse processo?

Laura: Certamente, a inclusão social e educacional é uma construção coletiva. Uma instituição escolar com princípios inclusivos, com recursos e apoios necessários para atender todos os alunos não aparece de um momento para o outro, nem surge por decreto. Pelo contrário, desenvolve-se ao longo de um processo de mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, vai se constituindo. A experiência de 12 anos em acompanhar o processo de inclusão de alunos universitários, particularmente com deficiências, tem demonstrado que esses alunos deixam marcas significativas pelos espaços e cursos que frequentam e muitas vezes representam o imprevisível, o desconhecido. Ao mesmo tempo, sua presença é imprescindível, pois possui um acúmulo de vivências relacionadas às suas singularidades para aprender que deve ser conhecido e considerado pelos professores e colegas. Entretanto, inicialmente, ele tende a desestabilizar professores e colegas. Os relatos de vários estudantes demonstram o quanto sua condição incide numa luta diária em “provar” para seus colegas e professores as capacidades que lhes são próprias. Apesar de perversa, esta situação revela que os mesmos não se deixaram enredar pelo auto-reconhecimento de sentidos de inferioridade e dependência com relação aos outros. Ouvi muitas vezes frases de alunos com deficiência que me marcaram muito: “No início me sentia mal

dentro da universidade, nos corredores, na sala de aula. Mas sabia que não podia desistir...”, “É duro, me sinto um peixe fora d’água [...]”, “Sinto que meus colegas não estão acostumados com uma pessoa cega, provavelmente não conviveram antes [com alguém nessa situação]”. Todavia, a grande maioria desenvolve, em pouco tempo, um vínculo afetivo com a turma, baseado inclusive no respeito e no reconhecimento de suas capacidades.

Revista *Ponto de Vista*: Como a senhora avalia a pesquisa na área de acessibilidade e inclusão, especificamente no caso das universidades brasileiras?

Laura: Uma das dificuldades concretas que enfrentamos na área da inclusão educacional é o pequeno número pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação e, conseqüentemente, linhas ou mesmo sub-linhas de pesquisa que se destinam a essa temática. Entretanto, é inegável que nos últimos anos a produção acadêmica nessa área aumentou consideravelmente no cenário nacional, particularmente, estudos que se destinam a investigar a organização do trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva no ensino fundamental e a formação de recursos humanos para a educação inclusiva. Porém, há muita precariedade em pesquisas que envolvam a realidade da inclusão no ensino médio e nas diversas modalidades educacionais. Com relação ao ensino superior o número de estudos ainda é pequeno, mas já possuímos trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação que tem colaborado para uma reflexão importante acerca do papel da universidade na inclusão.

Nota

- 1 Para conhecer o NAPNE, disponível em: <<http://www.prograd.ufpr.br/napne.html>>.

Laura Ceretta Moreira

Universidade Federal do Paraná

E-mail: napne@ufpr.br

Maria José Baldessar

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: mbaldessar@hotmail.com